

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração	22
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	51
-------------------------------------------------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	52
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	53
-------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	54
----------------------------------------------------	----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	58

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	100.412	89.194	80.894
1.01	Ativo Circulante	18.569	8.609	12.951
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.138	3.634	2.945
1.01.01.01	Caixa e Bancos	140	1.007	111
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.998	2.627	2.834
1.01.03	Contas a Receber	10.255	2.509	1.655
1.01.03.01	Clientes	10.255	2.509	1.655
1.01.04	Estoques	1.214	0	6.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.962	2.466	2.044
1.01.08.03	Outros	1.962	2.466	2.044
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	282	888	687
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.181	1.044	828
1.01.08.03.03	Juros s/ Capital Próprio a Receber	499	534	529
1.02	Ativo Não Circulante	81.843	80.585	67.943
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.577	19.627	8.552
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	5.866	5.451
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	5.866	5.451
1.02.01.04	Estoques	11.670	6.322	0
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	11.670	6.322	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.527	7.439	3.101
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	680	549	701
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.847	6.890	2.400
1.02.02	Investimentos	46.466	45.079	43.603
1.02.02.01	Participações Societárias	46.466	45.079	43.603
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	46.464	45.077	43.601
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	10.800	15.879	15.788
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.800	15.879	15.788

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	100.412	89.194	80.894
2.01	Passivo Circulante	8.512	2.944	2.307
2.01.02	Fornecedores	2.776	652	363
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.776	652	363
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.389	921	822
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.389	921	822
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.230	176	238
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.750	496	386
2.01.03.01.04	Encargos Sociais	409	249	198
2.01.05	Outras Obrigações	879	486	392
2.01.05.02	Outros	879	486	392
2.01.06	Provisões	1.468	885	730
2.01.06.02	Outras Provisões	1.468	885	730
2.02	Passivo Não Circulante	51.919	54.097	48.929
2.02.02	Outras Obrigações	49.919	52.482	46.867
2.02.02.02	Outros	49.919	52.482	46.867
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.751	46.251	46.765
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	6.148	6.167	0
2.02.02.02.05	Outros	20	64	102
2.02.04	Provisões	2.000	1.615	2.062
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.000	1.615	2.062
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	151
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.000	1.615	1.911
2.03	Patrimônio Líquido	39.981	32.153	29.658
2.03.01	Capital Social Realizado	53.896	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.934	11.842	18.526
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.849	-33.585	-42.764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.615	15.901	14.889
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.967	17.093	15.848
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-2.352	-1.192	-959
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.624	-7.961	-5.828
3.03	Resultado Bruto	13.991	7.940	9.061
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.076	-4.528	-6.220
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.659	-7.633	-6.950
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.804	1.629	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-3.392
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.387	1.476	4.122
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.915	3.412	2.841
3.06	Resultado Financeiro	1.440	1.889	3.552
3.06.01	Receitas Financeiras	2.578	3.213	4.778
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.138	-1.324	-1.226
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.355	5.301	6.393
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.323	3.492	1.684
3.08.01	Corrente	3.193	3.644	1.712
3.08.02	Diferido	130	-152	-28
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.678	8.793	8.077
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.678	8.793	8.077
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,28430	0,32566	0,29910
3.99.01.02	PN	0,28430	0,32566	0,29910

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	7.678	8.793	8.077
4.02	Outros Resultados Abrangentes	92	-6.684	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.770	2.109	8.077

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.030	1.384	3.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.785	2.460	4.464
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	7.678	8.793	8.077
6.01.01.02	Depreciação e amortização	292	599	168
6.01.01.03	Baixa de precatórios a receber	3.848	0	0
6.01.01.04	Juros a receber a longo prazo - precatório	0	-370	-1.977
6.01.01.05	Créditos fiscais - prejuízos fiscais	-3.957	-4.490	-2.400
6.01.01.06	Baixa extrato refis	-1.370	-1.655	0
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-1.387	-1.476	-4.122
6.01.01.08	Provisão para contingência	385	-447	59
6.01.01.09	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.102	1.354	1.229
6.01.01.10	Diferimento de impostos	194	152	28
6.01.01.11	Outros	0	0	3.402
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.755	-1.076	-644
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-561	-690	-797
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado	-561	-690	-797
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	35	-5	-201
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.504	689	2.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.634	2.945	123
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.138	3.634	2.945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.793	0	8.793
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.793	0	8.793
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.684	0	386	0	-6.298
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-386	0	386	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-6.298	0	0	0	-6.298
5.07	Saldos Finais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-50.841	0	21.581
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-50.841	0	21.581
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.077	0	8.077
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.077	0	8.077
5.07	Saldos Finais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	37.967	17.093	15.848
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.967	17.093	15.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.072	-4.361	-8.018
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.222	-5.241	-3.282
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.850	880	-4.736
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.895	12.732	7.830
7.04	Retenções	-292	-599	-168
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-292	-599	-168
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.603	12.133	7.662
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.965	4.689	8.713
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.387	1.476	4.122
7.06.02	Receitas Financeiras	271	639	2.343
7.06.03	Outros	2.307	2.574	2.248
7.06.03.01	Juros Sobre o Capital Próprios Recebidos	2.307	2.574	2.435
7.06.03.02	Redução Encargos Lei 11941/09	0	0	-187
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.568	16.822	16.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.568	16.822	16.375
7.08.01	Pessoal	11.341	7.419	6.344
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.230	6.723	5.723
7.08.01.03	F.G.T.S.	739	454	437
7.08.01.04	Outros	372	242	184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.411	-714	728
7.08.02.01	Federais	685	-1.018	599
7.08.02.03	Municipais	726	304	129
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.138	1.324	1.226
7.08.03.03	Outras	1.138	1.324	1.226
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.678	8.793	8.077
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.678	8.793	8.077

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	152.651	144.503	137.095
1.01	Ativo Circulante	93.392	86.342	86.743
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.963	16.635	8.493
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.465	3.921	384
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	9.498	12.714	8.109
1.01.03	Contas a Receber	72.799	57.686	65.066
1.01.03.01	Clientes	67.155	49.060	60.782
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	19.303	24.656	20.485
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	47.852	24.404	40.297
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.644	8.626	4.284
1.01.03.02.01	Devedores Venda Imóvel e Outros Créditos	5.644	8.626	4.284
1.01.04	Estoques	7.847	9.404	12.513
1.01.04.01	Material de Construção e Peças de Manutenção	6.219	3.079	4.125
1.01.04.02	Material de Revenda	7	4.354	700
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	1.621	1.971	7.688
1.01.07	Despesas Antecipadas	959	798	671
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	824	1.819	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	824	1.819	0
1.02	Ativo Não Circulante	59.259	58.161	50.352
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.257	20.937	9.731
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	6.496	5.780
1.02.01.03.01	Clientes	0	0	329
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	6.496	5.451
1.02.01.04	Estoques	11.670	6.322	0
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	11.670	6.322	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.207	8.119	3.951
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.360	1.229	1.551
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiascal	10.847	6.890	2.400
1.02.02	Investimentos	12	12	12

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	33.050	36.376	39.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.050	36.376	39.965
1.02.04	Intangível	940	836	644

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	152.651	144.503	137.095
2.01	Passivo Circulante	51.156	43.089	44.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.306	1.807	1.677
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.306	1.807	1.677
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	2.306	1.807	1.677
2.01.02	Fornecedores	15.570	11.641	8.940
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.570	11.641	8.940
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.848	8.108	8.356
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.848	8.108	8.356
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	1.230	176	238
2.01.03.01.03	Parcelamento LEI 11941	755	3.723	5.629
2.01.03.01.04	Outros	6.863	4.209	2.489
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.890	10.173	11.107
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.890	10.173	11.107
2.01.05	Outras Obrigações	6.284	4.750	7.962
2.01.05.02	Outros	6.284	4.750	7.962
2.01.05.02.04	Salários	5.155	3.731	2.863
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.104	958	730
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	25	61	4.369
2.01.06	Provisões	8.258	6.610	6.006
2.01.06.02	Outras Provisões	8.258	6.610	6.006
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	8.258	6.610	6.006
2.02	Passivo Não Circulante	61.486	69.234	63.365
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.315	9.162	4.161
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.315	9.162	4.161
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.315	9.162	4.161
2.02.02	Outras Obrigações	53.171	56.457	54.642
2.02.02.02	Outros	53.171	56.457	54.642
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.751	46.251	46.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Outros	3.252	3.730	7.105
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Reavaliação	6.148	6.167	0
2.02.02.02.06	Conta Corrente Consórcio	0	245	670
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	20	64	102
2.02.04	Provisões	4.000	3.615	4.562
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	40.009	32.180	29.682
2.03.01	Capital Social Realizado	53.896	53.896	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.934	11.842	18.526
2.03.03.01	Ativos Próprios	11.934	11.842	18.526
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.849	-33.585	-42.764
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28	27	24

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	287.589	218.242	187.672
3.01.01	Receita Bruta de Venda de BEns e/ou Serviços	311.377	239.564	203.069
3.01.02	Deduções	-23.788	-21.322	-15.397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-255.448	-194.175	-161.193
3.03	Resultado Bruto	32.141	24.067	26.479
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.252	-12.620	-19.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.082	-15.969	-14.826
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-4.170	3.349	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-4.199
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.889	11.447	7.454
3.06	Resultado Financeiro	-4.870	-5.239	193
3.06.01	Receitas Financeiras	548	911	5.473
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.418	-6.150	-5.280
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.019	6.208	7.647
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.661	2.588	433
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.680	8.796	8.080
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.680	8.796	8.080
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.678	8.793	8.077
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	3	3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.680	8.796	8.080
4.02	Outros Resultados Abrangentes	92	-6.684	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.772	2.112	8.080
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.770	2.109	8.077
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	3	3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.991	9.764	8.057
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.008	10.985	14.943
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	7.678	8.793	8.077
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.904	4.312	3.971
6.01.01.03	Efeito líquido baixa imobilizado	498	2.955	829
6.01.01.04	Créditos fiscais - prejuízos fiscais	-3.957	-4.490	-2.400
6.01.01.05	Baixa extrato refis	-1.370	-1.655	0
6.01.01.06	Baixa de precatórios a receber	3.848	0	0
6.01.01.07	Juros a receber a longo prazo - precatório	0	-370	-1.977
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.393	2.062	2.655
6.01.01.09	Provisão para contingência	385	-947	-265
6.01.01.10	Diferimento de impostos	627	322	648
6.01.01.11	Outros	0	0	3.402
6.01.01.12	Participação minoritários no resultado	2	3	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.017	-1.221	-6.886
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.533	-5.689	-7.525
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e intangível	-5.533	-5.689	-7.525
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.130	4.067	-2.787
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	-5.130	4.067	-2.787
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.672	8.142	-2.255
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.635	8.493	10.748
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.963	16.635	8.493

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658	24	29.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658	24	29.682
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.793	0	8.793	3	8.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.793	0	8.793	3	8.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.684	0	386	0	-6.298	0	-6.298
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-386	0	386	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-6.298	0	0	0	-6.298	0	-6.298
5.07	Saldos Finais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	18.526	0	-50.841	0	21.581	21	21.602
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	18.526	0	-50.841	0	21.581	21	21.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.077	0	8.077	3	8.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.077	0	8.077	3	8.080
5.07	Saldos Finais	53.896	18.526	0	-42.764	0	29.658	24	29.682

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	311.377	239.564	203.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	311.377	239.564	203.069
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178.850	-117.976	-106.082
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-169.375	-116.695	-96.715
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.475	-1.281	-9.367
7.03	Valor Adicionado Bruto	132.527	121.588	96.987
7.04	Retenções	-3.904	-4.312	-3.971
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.904	-4.312	-3.971
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.623	117.276	93.016
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	548	911	5.362
7.06.02	Receitas Financeiras	548	911	5.473
7.06.03	Outros	0	0	-111
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	129.171	118.187	98.378
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	129.171	118.187	98.378
7.08.01	Pessoal	78.056	69.250	57.170
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.767	61.351	51.107
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.901	5.960	4.476
7.08.01.04	Outros	2.388	1.939	1.587
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.016	33.990	27.847
7.08.02.01	Federais	27.414	24.818	21.130
7.08.02.02	Estaduais	923	1.858	901
7.08.02.03	Municipais	9.679	7.314	5.816
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.418	6.150	5.280
7.08.03.03	Outras	5.418	6.150	5.280
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.680	8.796	8.080
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.678	8.793	8.077
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2	3	3
7.08.05	Outros	1	1	1

Relatório da Administração

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Atividades da Empresa e perspectivas para 2014

A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas duas subsidiárias na formatação de SPEs (Sociedade de Propósito Específico) centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas continuam a apresentar potencial de crescimento para os próximos anos. Deve-se destacar que todas as obras e serviços, não oriundos de órgãos públicos, continuam sendo realizados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Para 2014, as perspectivas são as seguintes:

1.1 Azevedo & Travassos S.A.

Construção Pesada

A Companhia está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área na qual tem grande tradição e que receberá significativos investimentos de órgão de âmbito federal nos próximos anos. Estimam-se também fortes investimentos em infraestrutura a serem realizados pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, região onde está sediada a empresa.

1.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

a) Construção Pesada e Construção Civil

O pacote de concessões rodoviárias e ferroviárias, integrante do Programa de Investimento em Logística, anunciado pelo Governo Federal proporcionará uma grande demanda de serviços de infraestrutura nos próximos anos.

A empresa continua a atuar no segmento de Construção Industrial que têm recebido investimentos privados destinados à ampliação de suas unidades de produção, bem como à implantação de novas fábricas.

b) Montagem Eletromecânica

O Sistema PETROBRAS, concessionárias de gás, mineradoras e indústrias petroquímicas são os principais clientes da ATE, no mercado de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e de montagem eletromecânica. A controlada ATE mostra-se preparada, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área. Merece destacar que o Ministério de Minas e Energia deverá lançar neste ano o PERNAT – Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário. Além das projeções de demanda, para um horizonte de dez anos, este Plano deverá apresentar estimativas de investimentos e propostas de traçados para a nova rede de grandes dutos que irá abastecer o País.

Relatório da Administração

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

- Perfuração Direcional Horizontal

Diante da crescente demanda de serviços de perfuração direcional, a Divisão de Perfuração, com grande expertise nesta área, continua ampliando a execução destes serviços, com sondas próprias, nas diversas obras da ATE. Esta iniciativa vem contribuindo para o aumento de competitividade da empresa e a proporcionar novas oportunidades de negócio.

- Perfuração e Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A empresa poderá retornar à estas atividades, tão logo este segmento do mercado se mostre atrativo.

d) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA e a sua controlada ATE possuem mais de 100 mil m² em terrenos, na cidade de São Paulo, nos quais vêm desenvolvendo projetos imobiliários através de empresas SPE's. No final de 2012, foi feita a entrega, pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda. (ATDI-I), do empreendimento Condomínio Quinta do Bosque, SP, constituído por 7 blocos de apartamentos, num total de 139 unidades e financiado pelo Banco do Brasil.

A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. (ATDI-II) pretende lançar, em 2014, no Parque Itaguaçu, SP, Capital, um projeto imobiliário em terreno próprio com área de 4 mil m².

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1. Receita

a) Azevedo & Travassos S/A.

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

A ATSA, em nov/2010, assinou contrato de execução de obras com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, marcando assim o retorno da Companhia na execução de obras públicas. Em 2013, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 37.967 mil, contra R\$ 17.093 mil em 2012, através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e de contratos firmados com a Prefeitura do Município de São Paulo (bairro de Butantã), os viadutos para a Prefeitura de Barueri e para o DER-SP na SP 150, em Cubatão e a construção para a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do prédio de apoio operacional (Estação Santa Rita) e da reforma de prédio (Estação Amador Bueno) da linha 8, em Itapevi, SP. O incremento da receita bruta em 2013, em relação a 2012, foi de 122,1%.

A expectativa para 2014 é alcançar uma receita da ordem de R\$ 60.000 mil, considerando-se o término das obras acima citadas, a contratação de novos serviços e serviços prestados à ATE.

A Receita Financeira de 2013 foi de R\$ 2.578 mil, ante R\$ 3.213 mil em 2012, incluída a receita financeira referente aos juros sobre capital próprio pagos pela ATE.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

A Receita Bruta de 2013 foi de R\$ 283.175 mil, ante o valor de R\$ 228.929 mil ocorrido em 2012, representando um crescimento de 23,7%.

Relatório da Administração

A meta para 2014 é alcançar uma receita no patamar de R\$ 350.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações em andamento.

A Receita Financeira de 2013 foi de R\$ 262 mil, contra R\$ 271 mil ocorrida em 2012.

c) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda.

A receita bruta em 2013 na atividade imobiliária, alcançada pela ATDI-I, subsidiária da ATE, foi de R\$ 787 mil, correspondendo à relação do custo incorrido com o custo orçado, aplicada sobre o preço das unidades vendidas.

d) Consolidado

A receita bruta em 2013 foi de R\$ 311.377 mil e o registrado em 2012 foi de R\$ 239.564 mil, representado um incremento de aproximadamente 30,0%.

Para 2014, a previsão é que a receita alcance o montante de R\$ 400.000 mil, dentro da premissa de que os contratos em andamento e aqueles em fase adiantada de negociações terão suas realizações confirmadas pelos Clientes no período.

2.2. Endividamento

a) Azevedo & Travassos S/A.

Os débitos fiscais no valor de R\$ 44.981 mil (R\$ 46.427 mil em 2012) são os passivos mais relevantes da empresa e estão incluídos nos Programas de Recuperação Fiscal – REFIS - I. Ver Nota Explicativa 20 itens b e h.4.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O endividamento bancário, em 2013, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (leasing, CDC e FINAME) ficou em R\$ 13.067 mil (R\$ 13.210 mil em 2012). A empresa também possuía, em 31/12/13, débitos fiscais no montante de R\$ 4.007 mil (R\$ 7.453 mil em 2012, referentes ao Novo REFIS (Lei nº 11.941/09), com parcelamentos que variam de 60 a 180 meses. Ver Nota Explicativa 14.

2.3. Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A.

O lucro líquido da controladora foi de R\$ 7.678 mil, ante o resultado de 2012 de R\$ 8.793 mil. Cabe salientar que o resultado do exercício foi prejudicado pela deliberação, pautada em conduta conservadora, de baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER-SP, processo nº 203/83, em trâmite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 mil, após a análise do Relatório com Informações de Risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo.

A influência da Equivalência Patrimonial da controlada ATE foi de R\$ 1.387 mil (contra R\$ 1.476 mil verificados em 2012).

Em 31/12/13, a empresa dispunha de R\$ 4.998 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 2.627 mil em 31/12/12.

Relatório da Administração

As despesas financeiras de R\$ 1.138 mil (contra R\$ 1.324 mil em 2012), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS -I, continuam a impactar o resultado da empresa, sem, no entanto, afetar o seu fluxo de caixa.

b) Crédito Fiscal Diferido do Prejuízo Fiscal

O Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para o reconhecimento do saldo, em 31/12/13, do ativo fiscal diferido do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa no valor de R\$ 3.957 mil. Ao se acrescentar este valor ao montante de R\$ 5.000 mil, já reconhecido em 31/12/12, tem-se um total de R\$ 8.957 mil de crédito diferido em 31/12/13. A referida proposta foi baseada em estudo técnico de viabilidade. Ver Nota Explicativa 20 item e.

c) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2013, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	R\$ mil			R\$ mil	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo	<u>98.990</u>	<u>94.566</u>	Receita Bruta	<u>283.175</u>	<u>228.929</u>
Circulante	74.273	68.620	Receita Líquida Serviços	262.042	208.944
Realizável L. Prazo	680	1.310	Lucro Bruto	26.761	23.073
Permanente	24.037	24.636	Lucro Antes IR e CSLL	2.043	2.286
			Lucro Antes da Reversão dos juros sobre Capital Próprio	1.389	1.478
Passivo	<u>98.990</u>	<u>94.566</u>			
Circulante	43.311	38.410	Reversão dos juros sobre Capital Próprio	2.308	2.575
Exigível a L. Prazo	9.188	11.054	Lucro Líquido do Exercício	3.697	4.053
Patrimônio Líquido	46.491	45.102			

Observa-se que o Patrimônio Líquido teve um aumento de 3,1% em comparação com o do ano de 2012. Verifica-se que a relação Lucro Bruto / Receita Bruta em 2013 foi de 9,45%, situando-se próxima a do anterior que foi de 10,1%.

As despesas financeiras, incluindo os juros sobre o Capital Próprio pagos à Controladora no valor de R\$ 2.308 mil, alcançaram, em 31/12/13, o valor de R\$ 6.575 mil (R\$ 6.846 mil em 31/12/12).

d) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda.

O Lucro Líquido em 2013 alcançou o valor de R\$ 43 mil.

Este Lucro Líquido (proporcional à sua participação) está lançado na ATE pela equivalência patrimonial. O resultado do período se apresentou modesto devido ao projeto imobiliário estar concluído, encontrando-se na fase final de repasse das unidades aos compradores.

e) Consolidado

O lucro líquido do Consolidado ficou em R\$ 7.678 mil em 31/12/2013 (R\$ 8.793 mil em 31/12/2012).

Relatório da Administração

f) Geração de Caixa (LAJIDA)

O quadro adiante mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2013 e 2012.

Consolidado	R\$ mil		ATE - R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (antes do IR e CSLL)	5.019	6.208	2.043	2.286
Despesas Financeiras	5.418	6.150	6.575	6.846
Receitas Financeiras	(548)	(911)	(262)	(271)
Depreciação e Amortizaç	3.904	4.312	3.612	3.713
LAJIDA	13.793	15.759	11.968	12.574

O valor da LAJIDA do Consolidado em 2013 ficou inferior ao do ano de 2012, principalmente por causa da baixa do Precatório Judicial no valor de R\$ 3.848 mil, conforme explicado no item 2.3 a.

2.4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da ATSA atingiu o montante de R\$ 39.981 mil. Este resultado mantém o crescimento desta rubrica, nos últimos anos, conforme adiante demonstrado:

Rubrica / ano	2009	2010	2011	2012	2013
Patrimônio Líquido	5.412	21.581	29.658	32.153	39.981

3. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

Foram realizadas avaliações, por empresa especializada, dos equipamentos e máquinas da controladora e da ATE, tendo-se constatado que o valor justo dos mais representativos está superior ao seu valor residual e ao seu valor contábil. Em relação aos terrenos da ATSA, também verificou-se que as avaliações feitas, por empresa especializada, indicam que os valores de mercado estão significativamente superiores aos registrados na Contabilidade.

4. Investimentos da ATE

Foram investidos R\$ 4.972 mil na aquisição de equipamentos para as áreas de Montagem Eletromecânica, Construção Pesada e Furo Direcional. Valores menores foram aplicados em Tecnologia da Informação, no projeto do Sistema Gestão Integrada e no treinamento de pessoal.

5. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras e serviços, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente e na evolução de desempenho da Empresa.

A questão ambiental é voltada para a prevenção de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionadas condições seguras de trabalho e orientações para aperfeiçoamento profissional. Em sua relação com a sociedade, a empresa tem se empenhado para atender às demandas estabelecidas nos Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto ETHOS.

Relatório da Administração

6. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

7. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2013. Destaca-se que as demonstrações financeiras do Consolidado foram preparadas conforme Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil – CPC's. As demonstrações financeiras individuais, apresentadas em conjunto com o consolidado, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o presente exercício e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2014.

São Paulo, 14 de março de 2014.

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor

Aluízio Guimarães Cupertino
Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2013 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

Em 2013 e 2012, a receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2014 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 60.000.
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2014 cerca de R\$ 350.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.

Notas Explicativas

- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e consolidar seus débitos, pelos valores efetivamente devidos.
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h. 6) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas financeiras adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a

Notas Explicativas

avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Notas Explicativas

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Notas Explicativas

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A sua controlada destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a sua controlada se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O

Notas Explicativas

reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos. As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2013	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	96,0% CDI	3.251	-	7.575	9.378
Banco Bradesco	CDB-DI	20,0% CDI	-	1.000	170	1.705
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	102,4% CDI	1.747	1.627	1.747	1.627
Outros			-	-	6	4
			4.998	2.627	9.498	12.714
- Caixas e bancos						
			140	1.007	1.465	3.921
			5.138	3.634	10.963	16.635

Notas Explicativas

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber	353	1.068	19.303	24.656
Serviços executados e não faturados	<u>9.902</u>	<u>1.441</u>	<u>47.852</u>	<u>24.404</u>
	<u>10.255</u>	<u>2.509</u>	<u>67.155</u>	<u>49.060</u>

6. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Estoques de material de construção e peças de manutenção	1.214	-	6.219	3.079
Material de revenda	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>4.354</u>
	<u>1.214</u>	<u>-</u>	<u>6.226</u>	<u>7.433</u>

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.670	6.322	11.670	6.322
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	362	731
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.259</u>	<u>1.240</u>
	11.670	6.322	13.291	8.293
Menos - parcela do circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.621</u>	<u>1.971</u>
Parcelas a longo prazo (b)	<u>11.670</u>	<u>6.322</u>	<u>11.670</u>	<u>6.322</u>

(a) Em 2012 o saldo da conta estoque de imóveis apresentava os lote Elísio e o lote 9.

Notas Explicativas

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo os terrenos lote 3, 4, 5, 6,7 e 8.

	M2	<u>Controladora</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
LOTE Elisio	22.999	3.742	3.742
LOTE 9	30.937	2.585	2.580
LOTE 3	5.465	698	-
LOTE 4	4.343	555	-
LOTE 5	1.348	138	-
LOTE 6	1.536	136	-
LOTE 7	18.144	2.031	-
LOTE 8	17.207	1.785	-
	101.979	11.670	6.322

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas pagas antecipadamente	8	3	959	798
Impostos a recuperar (a)	-	646	102	2.039
Caução de aluguel	35	-	650	415
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	386	-
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	238	429
Depósito judicial bloqueado	239	239	239	239
Outras contas a receber	-	-	691	1.078
	282	888	3.265	4.998

- (a) Parte do valor em 2013 de R\$ 102 (R\$ 2.039 em 2012) no consolidado trata-se de créditos de INSS, ICMS, COFINS e PIS.

Notas Explicativas**9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA**

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	99,95	99,95	46.464	45.077	1.387	1.476
Total			<u>46.464</u>	<u>45.077</u>	<u>1.387</u>	<u>1.476</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 2013 e 2012.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 46.491 (R\$ 45.102 em 2012) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 1.389 (R\$ 1.478 em 2012).

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	837	3.293	43	37
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>847</u>	<u>3.303</u>	<u>43</u>	<u>37</u>

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	828	3.285	43	37
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>838</u>	<u>3.295</u>	<u>43</u>	<u>37</u>

Notas Explicativas**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações:				
- Receita bruta de serviços (a)	10.532	10.149	-	-
- Transferência de terreno (b)	-	-	1.050	2.550
- Juros S/ Capital distribuído (c)	-	-	1.995	2.182
- Juros S/ Capital a distribuir (c)	-	-	499	534
- Lucros distribuídos (d)	-	-	1.035	-
- Lucros a distribuir (d)	-	-	1.464	-

(a) Em 2013 e 2012, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(b) Em 13 de outubro de 2008 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, um lote de 9.154m², por R\$ 1.500, através de instrumento particular de confissão de dívida com vencimento previsto para 30 de junho de 2013 de R\$ 700 e 30 de setembro de 2013 de R\$ 800 e pago nos respectivos vencimentos.

Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2014.

(c) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 2013 de R\$ 1.962 (R\$ 2.189 em 2012), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2013 ficou saldo a pagar de R\$ 499, relativo ao 4º trimestre de 2013.

(d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Parte desse valor R\$ 1.035, foi compensado com pagamentos feitos para a ATE, restando um saldo a pagar de R\$ 1.464.

- Honorários dos administradores e benefícios a funcionários.

A companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações (conforme item 13.3 e 13.4 do formulário de referência).

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2013			Controladora
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2012
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.797	(1.261)	2.536	2.130
Máquinas e equipamentos	10	733	(550)	183	256
Outros	10	382	(194)	188	195
		4.912	(2.005)	2.907	2.581
Terrenos		522	-	522	866
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(444)	7.371	12.432
		13.249	(2.449)	10.800	15.879

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2013			Consolidado
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2012
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.856	(1.298)	2.558	2.154
Máquinas e equipamentos	10	19.160	(9.199)	9.961	8.301
Veículos	10	13.843	(5.125)	8.718	9.093
Outros	10	7.659	(3.739)	3.920	3.530
		44.518	(19.361)	25.157	23.078
Terrenos		522	-	522	866
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(444)	7.371	12.432
		52.855	(19.805)	33.050	36.376

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Edifícios e benfeitorias	3.252	545	-	-	3.797
(-) Depreciação Acumulada	(1.122)	(139)	-	-	(1.261)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(477)	(73)	-	-	(550)
Outros	366	16	-	-	382
(-) Depreciação Acumulada	(171)	(22)	-	(1)	(194)
Terrenos	866	-	-	(344)	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	(5.003)	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(386)	(58)	-	-	(444)
	15.879	269	-	(5.348)	10.800

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Edifícios e benfeitorias	3.311	545	-	-	3.856
(-) Depreciação Acumulada	(1.157)	(141)	-	-	(1.298)
Máquinas e equipamentos	15.321	2.313	(2.470)	3.996	19.160
(-) Depreciação Acumulada	(7.020)	(1.499)	2.321	(3.001)	(9.199)
Veículos	13.334	1.180	(629)	(42)	13.843
(-) Depreciação Acumulada	(4.241)	(1.313)	387	42	(5.125)
Outros	6.805	1.081	(227)	-	7.659
(-) Depreciação Acumulada	(3.275)	(583)	120	(1)	(3.739)
Terrenos	866	-	-	(344)	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	(5.003)	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(386)	(58)	-	-	(444)
	36.376	1.525	(498)	(4.353)	33.050

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 1.819 referente ativo não circulante mantido para venda. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo é de R\$ 824, sendo a redução R\$ 995 decorrente da efetivação de venda R\$ 135 e da incorporação R\$ 860 nas perfuratrizes de furo direcional.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciable (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.099, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2013			Consolidado
		Custo	Amortização	Líquido	31/12/2012
Softwares	20	2.527	(1.587)	940	836
		<u>2.527</u>	<u>(1.587)</u>	<u>940</u>	<u>836</u>

A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2012				Consolidado
	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Softwares	2.113	414	-	-	2.527
(-) Amortização Acumulada	(1.277)	(310)	-	-	(1.587)
	<u>836</u>	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>940</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012
. Capital de giro	cdi + 0,30% am	Janeiro de 2014 a Novembro de 2014	6.759	6.857
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	1.138	6.125
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2014 a Março de 2019	2.535	2.019
. Arrendamento mercantil	1,10% a.m.	Janeiro de 2014 a Agosto de 2018	3.773	4.334
			<u>14.205</u>	<u>19.335</u>
Menos - parcela do circulante			<u>9.890</u>	<u>10.173</u>
Parcela a longo prazo			<u>4.315</u>	<u>9.162</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.750	496	6.863	4.209
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	755	3.723
	<u>1.750</u>	<u>496</u>	<u>7.618</u>	<u>7.932</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	3.252	3.730
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.252</u>	<u>3.730</u>

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial

Notas Explicativas

(NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

<u>Composição do parcelamento (Lei 11941)</u>	<u>Ano</u>	<u>31/12/2013</u>
	2.014	755
	2.015	697
	2.016	697
	2.017	697
	2.018	697
	2.019	464
		<u>4.007</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(755)</u>
Parcelas a longo prazo		<u><u>3.252</u></u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conta corrente Consórcio (nota 20.a1)	-	-	-	245
Seguros a pagar	-	-	802	780
Adiantamento de clientes	-	-	25	61
Outras	<u>116</u>	<u>156</u>	<u>322</u>	<u>242</u>
	116	156	1.149	1.328
Menos – parcela do circulante	<u>96</u>	<u>92</u>	<u>1.129</u>	<u>1.019</u>
Parcelas a longo prazo	<u><u>20</u></u>	<u><u>64</u></u>	<u><u>20</u></u>	<u><u>309</u></u>

16. PATRIMONIO LIQUIDO

Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 29 de abril de 2011 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/1000 de forma que cada ação passará a ser representada por 1.000 (hum mil) ações.

Notas Explicativas

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.355	5.301	5.019	6.208
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	(51)	(133)
Adições:				
- Provisão não dedutível	-	(447)	(21)	(947)
- Despesas indedutíveis	483	425	600	622
Exclusões:				
- Equivalência	(1.387)	(1.476)	-	-
- Prejuízo Fiscal	(1.036)	(1.140)	(1.036)	(1.140)
Base de cálculo	2.415	2.663	4.511	4.610
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(796)	(880)	(1.485)	(1.545)
Incentivo fiscal	32	34	67	61
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	(8)	(96)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	3.957	4.490	3.957	4.490
Imposto de renda e contribuição social - corrente	3.193	3.644	2.531	2.910
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	130	(152)	130	(322)
	3.323	3.492	2.661	2.588

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos	5.800	4.910	10.415	8.866
Serviços contratados de terceiros	198	299	3.081	3.051
Outros	848	776	2.773	2.404
Total	6.846	5.985	16.269	14.321

Notas Explicativas

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8 e 15) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2013, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.229 (R\$ 37.078 em 2012), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.615 (R\$ 18.539 em 2012).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2013 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2013		2012	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%
Receitas	193.018	96.509	173.538	86.769
Despesas	230.247	115.124	210.616	105.308
Prejuízo do consórcio	(37.229)	(18.615)	(37.078)	(18.539)
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		19.001		18.294
Saldo da conta corrente Consórcio		386		(245)

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2013, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 20.091 (R\$

Notas Explicativas

20.910 em 2012), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 8.036 (R\$ 8.364 em 2012).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2013 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do Consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2013		2012	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/13	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%
Receitas	397.845	159.138	397.845	159.138
Despesas	377.754	151.102	376.935	150.774
Lucro do consórcio	20.091	8.036	20.910	8.364
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		(7.798)		(7.935)
Saldo da conta corrente Consórcio		238		429

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo Circulante	1.230	176	1.230	176
Passivo Não Circulante	43.751	46.251	43.751	46.251
Total	44.981	46.427	44.981	46.427

I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Notas Explicativas

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de dezembro de 2013 apresenta um saldo de R\$ 1.380.

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, está provisionado o montante de R\$ 2.000 (R\$ 1.615 em 2012), e no consolidado R\$ 4.000 (R\$ 3.615 em 2012) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2013
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.561	-	-	1.561	1.561
Possível	95	31	752	878	439
Remota	-	12.385	-	12.385	-
Total	1.656	12.416	752	14.824	2.000

• Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2013
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.969	-	-	1.969	1.969
Possível	1.937	48	2.077	4.062	2.031
Remota	2.155	13.845	4.304	20.304	-
Total	6.061	13.893	6.381	26.335	4.000

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2012
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.595	-	-	1.595	1.595
Possível	40	-	-	40	20
Remota	21	7.197	-	7.218	-
Total	1.656	7.197	-	8.853	1.615

Notas Explicativas

• Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2012
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.022	-	-	2.022	2.022
Possível	1.780	15	1.424	3.219	1.593
Remota	3.827	10.488	3.932	18.247	-
Total	7.629	10.503	5.356	23.488	3.615

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	2013	exercício	2012	2013	exercício	2012
Trabalhista (a)	1.608	(7)	1.615	2.937	41	2.896
Fiscal	16	16	-	24	17	7
Cível	376	376	-	1.039	327	712
Total	2.000	385	1.615	4.000	385	3.615

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Notas Explicativas**e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social**

	TOTAL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		36.673	36.676
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos	12.469		
Utilizado para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	(283)	(176)	(107)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2009	(81)	(60)	(21)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2010	(260)	(191)	(69)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2011	(257)	(189)	(68)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2012	(388)	(285)	(103)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2013	(353)	(258)	(95)
Total dos valores utilizados	(1.622)		
Utilizado como Imposto Reserva de Reavaliação	(1.890)	(1.390)	(500)
Utilizado como Ativo Fiscal Diferido (a)	(8.957)	(6.619)	(2.338)
Total lançada conta ativo - Créditos Fiscais	(10.847)		
Total do ativo diferido não utilizado	-	-	-

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude de a companhia estar, gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Notas Explicativas

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2014	819	780
2015	901	817
2016	991	856
2017	1.090	896
2018	1.199	939
2019 a 2023	<u>8.054</u>	<u>5.411</u>
Total	<u>13.054</u>	<u>9.699</u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2013 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2013 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 3.773 (R\$ 4.334 em 31 de dezembro de 2012), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 5.215 (R\$ 5.927 em 2012), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	2.104
2014	2.130	1.857
2015	1.800	1.480
2016	795	486
2017	298	-
2018	192	-
	<u>5.215</u>	<u>5.927</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior, bem como os recolhimentos futuros, estimando-se até 31.12.2013 o benefício patrimonial de R\$ 49.

Notas Explicativas

Com relação à ação proposta pela ATE, estima-se até 31.12.2013 o benefício patrimonial de R\$ 2.798.

h.2) Ação DER/SP

A ação judicial ajuizada foi julgada improcedente em 1ª instância. Contudo, os advogados que patrocinam o processo acreditam ser possível a reforma da decisão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados. Foi apresentado Recurso de Apelação contra essa decisão, o que foi provido para anular a sentença, sendo determinado o retorno dos autos a 1ª instância para que seja proferida nova decisão.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

A Companhia (ATSA) e a controlada ATE, pleitearam judicialmente, estando, os autos aguardando julgamento no E. TRF da 3ª Região.

h.4) Exclusão valores incluídos REFIS.

A Companhia (ATSA) pleiteou judicialmente o cancelamento da Dívida Ativa da União, sob n.º 80698042092-18, incluída no REFIS, no montante até 31.12.2013 de R\$ 144.

h.5) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.

A ATE pleiteou judicialmente e o Juiz de 1ª instância concedeu parcialmente a segurança, bem como reconheceu o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente, estimando-se o benefício patrimonial até 31/12/2013 de R\$ 235.

h.6) Baixa de Precatório Judicial

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 deliberou por baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, no valor de R\$ 3.848, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo.

O relatório relata que, nada obstante a expedição de Ofício Requisitório, em 1999, requisitando o pagamento de valores decorrentes de diferenças de juros e correção monetária em razão de atrasos verificados em pagamento de Precatórios anteriormente expedidos no processo e aplicação de índices de reajustes, o DER não reconhece a existência dessas diferenças a favor da Companhia e, até o momento, não foi proferida decisão sobre a discussão travada nos autos, em que pese toda a argumentação lançada pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 2013, o Juízo do feito houve por bem postergar novamente essa deliberação, determinando que se aguardasse a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos efeitos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4357, que julgou parcialmente inconstitucional alguns dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal e integralmente as disposições do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para somente após decidir pela suficiência, ou não dos valores já pagos pelo DER, ou pela necessidade de eventual repetição.

h.7) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito.

i) Informações suplementares

Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

A Companhia efetuou avaliação das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

Com base no texto vigente estima-se que a referida MP não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia acompanha a matéria e sua conversão em Lei para implementar as medidas pertinentes.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

A ATSA, em nov/2010, assinou contrato de execução de obras com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, marcando assim o retorno da Companhia na execução de obras públicas.

A Companhia está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, área na qual tem grande tradição e que receberá significativos investimentos de órgão de âmbito federal nos próximos anos. Estimam-se também fortes investimentos em infraestrutura a serem realizados pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, região onde está sediada a empresa.

Em 2013, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 37.967 mil, contra R\$ 17.093 mil em 2012, através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e de contratos firmados com a Prefeitura do Município de São Paulo (bairro de Butantã), os viadutos para a Prefeitura de Barueri e para o DER-SP na SP 150, em Cubatão e a construção para a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do prédio de apoio operacional (Estação Santa Rita) e da reforma de prédio (Estação Amador Bueno) da linha 8, em Itapevi, SP.

O incremento da receita bruta em 2013, em relação a 2012, foi de 122,1%.

A expectativa para 2014 é alcançar uma receita da ordem de R\$ 60.000 mil, considerando-se o término das obras acima citadas, a contratação de novos serviços e serviços prestados à ATE.

A ATSA e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.(ATE) possuem mais de 100 mil m² em terrenos, na cidade de São Paulo, nos quais vêm desenvolvendo projetos imobiliários através de empresas SPE's. No final de 2012, foi feita a entrega, pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda. (ATDI-I), do empreendimento Condomínio Quinta do Bosque, SP, constituído por 7 blocos de apartamentos, num total de 139 unidades e financiado pelo Banco do Brasil. A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. (ATDI-II) pretende lançar, em 2014, no Parque Itaguaçu, SP, Capital, um projeto imobiliário em terreno próprio com área de 4 mil m².

Desde 1999, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A Receita Bruta de 2013 da ATE foi de R\$ 283.175 mil, ante o valor de R\$ 228.929 mil ocorrido em 2012, representando um crescimento de 23,7%. A meta para 2014 é alcançar uma receita no patamar de R\$ 350.000 mil, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações em andamento.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital para Investimentos

A previsão é se investir, em 2014, na Companhia e principalmente na sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, o mesmo valor do ano passado, ou seja, cerca de R\$ 5.000 mil na aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para as áreas de Construção Pesada, Montagem Eletromecânica e Furos Direcionais. Valores menores serão aplicados em Tecnologia da Informação, no projeto do Sistema Gestão e no treinamento de pessoal.

Os investimentos serão realizados com capital próprio e com financiamentos de médio e longo prazo, principalmente na modalidade de Leasing, CDC e FINAME.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES

Todas as informações foram prestadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31/12/2013 e no Relatório da Administração.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A., ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Azevedo & Travassos S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de março de 2014.
BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 005528/O-2

Toshio Nishioka
Contador
CRC-1SP-104.690/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2013. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela administração e tendo em vista o parecer relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado em 14/03/2014, pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, e tendo presenciado a Reunião do Conselho de Administração que aprovou, por unanimidade as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício, os membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2014

Nelson Tolo de Almeida

Renato Botelho Junqueira de Andrade

Walter Ramos Filho

Endrigo de Pieri Perfetti

Newton Moscatello

